

PROC. N° TST-RO-AR-139.856/94.5

A C Ó R D Ã O(Ac.SBDI2-1020/96)
MMF/a/m

EMENTA - AÇÃO RESCISÓRIA - EXECUÇÃO - MULTA - ART. 920 DO CÓDIGO CIVIL - COISA JULGADA - Impossibilidade de verificação da ofensa ao art. 920 do Código Civil, na via da ação rescisória, se a decisão rescindenda foi proferida na execução e mediante interpretação da sentença exeqüenda. Incidência, de qualquer modo, do Enunciado n° 83/TST.

RELATÓRIO

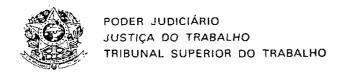
Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Ordinário em Ação Rescisória nº TST-RO-AR-139.856/94.5, em que é Recorrente VIAÇÃO AÉREA SÃO PAULO S/A - VASP e são Recorridos JOSÉ ELIAS DA SILVA E OUTROS.

VASP - Viação Aérea São Paulo S/A ajuizou ação rescisória, com fulcro no art.485, inciso V, do CPC, contra José Elias da Silva e Outro, pretendendo a desconstituição da decisão prolatada pelo eg. TRT da Sexta Região que negou provimento a seu agravo de petição (TRT-AP-276/92).

O eg. Regional julgou extinto o processo sem julgamento do mérito, por entender incabível a ação (fls.121/22).

Irresignada, a Autora interpôs Recurso Ordinário sustentando que a rescisória se viabiliza por ofensa aos arts.920 do CC e 477, § 8°, da CLT.

tte Car



PROC. Nº TST-RO-AR-139.856/94.5

Contra-razões às fls.135/36.

A d. Procuradoria-Geral, em parecer do ilustre Dr. César Zacharias Mártyres, opinou pelo conhecimento e desprovimento do apelo (fls.140/41).

É o relatório.

VOTO

Conheço do recurso ordinário, tempestivo e adequado, feito o preparo de forma regular.

"VASP" ajuizou ação rescisória com base no art.485, V, do CPC, sustentando que a v. decisão rescindenda, de agravo de petição (fls.59/61), violou o disposto no art.920 do CC. Alega que a multa estabelecida na Cláusula 25° da convenção coletiva, em face de sua natureza acessória, não poderia ultrapassar o valor do débito principal.

O eg. Regional, entendendo aplicável o Enunciado 83/TST, não conheceu da ação rescisória por incabível, julgando-se extinto o processo sem julgamento do mérito (fls.121/22).

Salientou-se que há uma corrente jurisprudencial no sentido de ser aplicável à matéria o previsto no art.477 da CLT e outra entendendo que o valor da multa não pode ser superior ao do débito principal (fl.122).

tel las

PROC. Nº TST-RO-AR-139.856/94.5

Tenho por correta a fundamentação adotada pelo eg. Regional.

Sempre me filiei à corrente que entende que só a MUL-TA de valor global é que fica sujeita ao limite legal estabelecido no art.920 do CC. A multa por dia de atraso no pagamento de débito para com o empregado, de natureza nitidamente cominatória, perderá seu efeito suasório se ficar limitada ao valor total do débito.

É verdade que a "S.D.I." se inclinou pelo entendimento de que "a multa estipulada em cláusula penal, ainda que diária, não poderá ser superior ao principal corrigido", tendo-o feito em interpretação do art.920 do Código Civil.

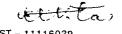
Todavia, a decisão rescindenda é de setembro de 1992, época em que ainda era grande a controvérsia a respeito.

Não bastasse, não se pode deixar de considerar que a decisão rescindenda foi proferida na execução e está calcada na existência de coisa julgada em relação à matéria que nela (execução), se pretendia discutir, como pode ser visto à fl.97. Dificíl, em assim sendo, chegar-se à ofensa direta ao art. 920 do Código Civil.

Impõe-se, contudo e "data venia", adequar-se a parte dispositiva da v. decisão regional, sem gravame para a Recorrente, tendo em vista que, "data venia", o desfecho que parece mais adequado é o da "improcedência da ação".

Pelo exposto,

Nego provimento ao recurso mas, não obstante, altero a conclusão da v. decisão recorrida ("não conhecer da ação") para julgar improcedente a ação rescisória.



PROC. Nº TST-RO-AR-139.856/94.5

ISTO POSTO:

A C O R D A M os Ministros da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, negar provimento ao agravo.

Brasília, 08 de outubro de 1996.

Letter, Can

MANOEL MENDES DE FREITAS - Ministro, no exercício eventual da Presidência e Relator